



ESTADO DO AMAPÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

Aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019), às quinze horas (15h00), no Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, sito à Rua General Rondon, 1295, Centro, nesta Capital, foi iniciada a décima nona reunião de trabalho do Comitê Estadual de Saúde Judiciário (CES-Jus) do Estado do Amapá, como objetivo de discutir os Dados Sociodemográficos em Saúde do Estado, Informações acerca da Municipalização da Competência da Urgência e Emergência pelo Município de Macapá. A mesa foi composta pelo Desembargador Carlos Tork, Presidente do Comitê Estadual da Saúde; pelo Senhor João Bittencourt, Secretário Estadual de Saúde; pelo Senhor Leandro Zanata, Defensor Público; pelo Senhor Douglas Moraes da Costa, do Conselho Regional de Farmácia; pela Sra. Tânia Vilhena, da Secretaria Municipal de Saúde; pela Senhora Roseane de Barros Freitas Carvalho, do Conselho Estadual de Saúde; pela Senhora Larissa Chaves Tork de Oliveira, da Ordem dos Advogados do Brasil Amapá; pelo Sr. Roberto Bauer Melo do Ministério da Saúde no Amapá; pela Sr. Anderson Santos Bentes, do Conselho de Secretários Municipais de Saúde; pela Sra. Sílvia Helena da Universidade Federal do Amapá, pelo Sr. Gilson Lely Brito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pela Sra. Manuella Sousa do Instituto de Defesa do Consumidor. Iniciados os trabalhos, o Desembargador Carlos Tork, ressaltou que o pequeno atraso para o início da reunião se deu em decorrência de reunião prévia que estava ocorrendo com o secretário de saúde Sr. João Bittencourt e Sr. Lutiano do Prodap. Informou ainda, que tiveram uma reunião institucional com o presidente do Congresso e do Senado, o senador Davi Alcolumbre, que se dispôs a levantar recurso para a implantação do Projeto de Solução de Tecnologia para Modernização e Melhora da Gestão e Eficiência da Saúde -Pública do Estado e Municípios, orçado em R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), o projeto será apresentado ao senador e ao deputado Federal André Abdon, para fazer o pedido de emenda com finalidade de implantação do referido projeto. Na sequência, o presidente do comitê informou que com relação ao primeiro ponto de pauta sobre os informe no I Congresso Amapaense Multidisciplinar de Oncologia que seria apresentado pelo Dr. Ronaldo Melo, o mesmo não pode comparecer, no entanto tomou conhecimento que representou o Comitê junto ao evento. Dando prosseguimento foi dada a palavra a enfermeira Diovana Alberto, que atua na Superintendência de Vigilância em Saúde, para apresentação dos Dados Sociodemográficos em Saúde do Estado, destacou os dados e Análise situacional de saúde do estado, informou que o Estado do Amapá possui estimativa de crescimento populacional de 3,9% que é considerada alta, pois a estimativa para o Brasil encontra-se em 1,4%, com



ESTADO DO AMAPÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

relação a expectativa de vida no estado, encontra-se em 76.9 anos para mulheres e 70.3 para os homens; quanto aos indicado-es de saneamento nos seguintes percentuais: água tratada 56.3%, acesso a esgoto 10.9% e coleta de lixo 91%; ressaltou que o nosso IDH encontra-se em 0.740%. Por fim concluiu que o estado do Amapá possui uma tripla carga de doença, o quadro de saúde é bastante heterogêneo, com uma expressividade de óbitos por causas externas e doenças crônicas não transmissíveis e elevada morbidade por doenças infecciosas e parasitárias. Na sequência o presidente do Comitê Desembargador Carlos Tork solicitou que fosse disponibilizado os dados apresentados para serem repassados a todas as instituições que representam o comitê. Dando prosseguimento ao próximo ponto de pauta, o presidente do comitê passou a palavra a secretaria do Município de Macapá Sra. Tânia Vilhena para atualizar as informações acerca da municipalização da urgência e emergência, informou que tiveram uma reunião com a Secretaria Estadual de Saúde e que ficaram de realizar levantamento de custos referentes a pessoal e estrutura, no entanto, não houve avanço para a habilitação dos serviços, que estão em nível de reunião para levantar os custos e avaliar com relação aos repasses que o município tem junto ao Ministério da Saúde. O Desembargador Carlos Tork destacou que foi uma recomendação do Comitê e que teria o aval do Prefeito de Macapá Clécio para que se avançasse na questão da competência da urgência e emergência por parte do município de Macapá. Dada a palavra ao Secretário do Estado Sr. João Bittencourt, disse que com relação aos dados da UPA Zona Sul não teria problema para repassar, mas que estão com dificuldade para apresentar os dados da UPA Zona Norte. Na oportunidade a Secretária do Município e o Secretário do Estado se comprometeram em discutir o assunto e trazer para a próxima reunião do Comitê os resultados do tema. Na sequência, o próximo ponto de pauta sobre Curso de Faturamento apresentado pelo Sr. Raimundo Neto, Diretor da Escola de Saúde Pública, informou que o curso de capacitação ocorreu em maio deste ano por recomendação do comitê e teve como público-alvo os gestores das unidades hospitalares, forma ofertadas 50 vagas com carga horária de 8 horas, no entanto, participaram 40 profissionais; que após a capacitação detectaram eficiência no faturamento, sendo 30% no HCA/PAI e Hospital Mãe Luzia e no Hospital de Laranjal do Jari o aumento foi na ordem de 90%; que ocorreu diminuição no número de perdas por glosas; informou ainda que apresentou proposta de curso de capacitação destinado aos profissionais da área da saúde, sendo que o prazo para execução estava previsto para iniciar em novembro do ano em curso, no entanto, requereu prazo para iniciar em março de 2020 para contemplar maior numero de gestores. Dada a palavra a Dra. Larissa Tork, perguntou ao diretor se eles tem identificado qual o maior número de glosas no faturamento, destacou que o objetivo seria identificar o público alvo, que seria setor responsável pelo



ESTADO DO AMAPÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

preenchimento da AIH, uma vez que seu incorreto preenchimento ocasiona a perda no faturamento; Diretor Raimundo informou que não dispõe de dados dos indicadores compilado, que existem falhas na sua identificação. Ato contínuo o presidente passou a palavra ao Sr. Paulo Fabrício para próximo ponto de pauta sobre as soluções para os profissionais da saúde bucal do CE02, e solicitação que seja disponibilizado o local da Ouvidoria da AMPREV para que seja instalado o CE02, pois os funcionários estão correndo o risco de distribuição e dispensa de suas atividades ocasionando assim o descredenciamento do CE02. Na sequência o secretário estadual de saúde prestou as informações pertinentes ao pleito do sindicato e informou que as medidas administrativas estão sendo tomadas. Por fim o presidente do Comitê destacou que as proposições do sindicato foram respondidas quer seja na utilização da mão de obra qualificada em parceria com o município (odontólogos especialista), quer seja pela solicitação do espaço físico, de acordo com as informações prestadas pelo secretário João Bittencourt. Na sequência o presidente passou a palavra para o Sr. Ligium Francis para apresentação do Plano de Regulação, que apresentou como tem ocorrido as marcações de consulta, apresentou relação da equipe e os responsáveis por distribuir o quantitativo de consulta, informou ainda que conta com equipe no superfácil e como desenvolve toda a regulação em torno das consultas; apresentou relatório e fluxo referente a fila de espera; destacou que dependendo da especialidade a espera na fila pode ocorrer de dois (2) dias a cinco (5) meses, em decorrência do aumento populacional. Na oportunidade dada a palavra ao Sr. Antonio Sérgio ressaltou que utilizam o Sisreg do Ministério da Saúde e conseguiram incluir todos os municípios no sistema, no entanto, informou que não existe central municipal de regulação. apresentou ainda o fluxo do atendimento na regulação Após, o Desembargador Carlos Tork encerrou a reunião.

RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

- a) Designação da próxima reunião extraordinária para o dia 25 de novembro de 2019, às 15h00 no Plenário do Tribunal de Justiça;
- b) Informações acerca do HOSPITAL UNIVERSITARIO: Articulação para reforçar a equipe da área de compras da UNIPAP com especialistas em equipamento hospitalar ;
- c) Informações acerca Hospital do Amor de Macapá. Visita a sede do Hospital do Amor em Barretos (SP).
- d) Informações acerca da Implantação do serviço de prevenção masculina ao câncer, no Hospital do Amor de Macapá;



ESTADO DO AMAPÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

- e) Implantação dos serviços de radioterapia e quimioterapia pela Sesa;
- f) Informações sobre o convenio que trata da cessão de profissionais da saúde bucal ao Município de Macapá;
- g) Informações sobre o andamento do processo de descentralização de Urgência e Emergência;
- h) Informações sobre a realização do curso sobre Faturamento, pela Escola de Saúde Pública.

Nada mais havendo a tratar, eu, Deire Sandre Correa _____, Técnica Judiciário, Secretária nomeada para o ato, lavrei a presente ata que será lida e assinada após aprovação por todos.

Carlos Tork
Coordenador do CES-Jus